

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2017**

**(Do Sr. Marcus Vicente)**

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a penalidade imposta pelo estacionamento em locais com guia de calçada rebaixada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a penalidade imposta pelo estacionamento em local com guia de calçada rebaixada.

Art. 2º O art. 181 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 181. ....

IX – onde houver guia de calçada (meio-fio) rebaixada destinada à entrada ou saída de veículos, salvo quando expressamente autorizado pelo proprietário ou ocupante do imóvel:

.....  
§ 3º A infração prevista no inciso IX somente será aplicada após denúncia do cidadão prejudicado, nos casos em que o veículo estiver, objetivamente, atrapalhando a entrada ou saída do imóvel.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Diante da escassez cada vez maior de vagas de estacionamento nos centros urbanos, alguns condutores acabam estacionando em frente a locais com guia de calçada rebaixada, destinados à entrada e saída de veículo, sujeitando-se à aplicação da penalidade de multa e remoção do veículo, previstas no art. 181 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Entretanto, a penalidade, que deveria servir somente para coibir o estacionamento irregular e zelar pelo direito de ir e vir de todos, acaba muitas vezes sendo aplicada aos próprios proprietários e ocupantes dos imóveis, quando ele para seu veículo em frente à garagem, sem atrapalhar o acesso de outras pessoas. Sem qualquer exceção presente na Lei, os agentes de trânsito são muitas vezes forçados a penalizar tantos os veículos que estão atrapalhando o ir e vir de outras pessoas quanto aqueles que estão estacionados em frente ao imóvel utilizado pelo mesmo proprietário do carro.

Essa situação é que nos tem incomodado e que nos move no sentido de mudança, uma vez que o cidadão fica a depender do bom senso do agente de trânsito para que não receba uma punição que consideramos absolutamente despropositada. Conforme nos ensina o Prof. José dos Santos Carvalho Filho: *“se a conduta administrativa é desproporcional, a conclusão inevitável é a de que um ou alguns indivíduos estão sendo prejudicados por excesso de poder, revelando-se ausente o verdadeiro interesse coletivo a ser perseguido e configurando-se, sem dúvida, ilegalidade que merece correção”*.

Assim, para evitar que tais situações continuem a ocorrer, estamos apresentando este projeto de lei, que altera a redação do inciso IX do art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro e acrescenta o § 3º no mesmo artigo, para estabelecer que a penalidade por estacionamento em frente guia de calçada rebaixada só será aplicada quando o cidadão lesado denunciar à autoridade de trânsito a conduta passível de punição. Evita-se, dessa forma, que os ocupantes de determinado imóvel sejam penalizados por estacionar em frente à sua própria garagem e sem causar transtornos a outros cidadãos. Trata-se de solução bastante simples e que resolve, de uma vez por todas, interpretações equivocadas e divergentes quanto ao comando do CTB para a situação descrita.

Diante de todo o exposto, tendo em vista a relevância do tema para dirimir conflitos que ocorrem diuturnamente em nossas cidades, solicito o apoio dos nobres Colegas Parlamentares para a rápida aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2017.

Deputado Marcus Vicente